

## POSTER 190

### Identificação de cadáveres: técnicas para recuperação de impressões digitais

João Costa<sup>1</sup>, Paulo Martins<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Laboratório de Polícia Científica, Diretoria do Norte, Polícia Judiciária, Porto, Portugal.

\*✉joaopncosta@hotmail.com

Doi: <https://doi.org/10.51126/revsalus.v4iSup.457>

#### Resumo

**Introdução:** A Lei n.º 67/2017, de 09 de agosto visa grandemente regular a identificação judiciária, lofoscópica e fotográfica, para efeitos de prevenção e investigação criminal. No seu artigo 3.º, nº 2, acrescenta a estas finalidades que a recolha de elementos lofoscópicos com vista à identificação judiciária é ainda realizada em cadáveres “cuja identidade não tenha sido possível estabelecer com segurança (...) bem como em indivíduos de identidade desconhecida”. Dando cumprimento a esta premissa legal, o estabelecimento da identidade com recurso a impressões digitais em indivíduos com identidade desconhecida tem auxiliado na resolução de problemáticas do foro criminal, civil e social. **Objetivo:** No caso que se apresenta havia sido encontrada em terreno baldio, por entre vegetação, parte de um corpo humano, concretamente um membro superior esquerdo (braço e parte da mão) em avançado estado de decomposição, pelo que, por se desconhecer a sua identidade ou o motivo pelo qual ali havia sido encontrado, foi solicitada a colaboração da Polícia Judiciária no sentido de o identificar e investigar o caso. **Material e método:** Existem diversas técnicas para recuperação de impressões digitais degradadas, devendo

o método adequar-se às necessidades in casu. Atendendo ao estado de conservação dos dedos ainda presentes na mão esquerda e privilegiando a recuperação do dedo indicador por motivos comparativos, recorreu-se a três abordagens metodológicas diferentes, a fotografia forense, a recolha através de molde bidimensional e a reprodução exata através de molde tridimensional. **Resultados:** Após realização de perícia comparativa entre a impressão digital recolhida em molde bidimensional (amostra-problema) e a impressão digital relativa a indivíduo desaparecido (amostra-referência), verificou-se uma concordância absoluta entre as particularidades ou pontos característicos que individualizam cada uma dessas impressões digitais, sem coexistir qualquer dissemelhança natural entre estas, obtendo-se assim uma identificação positiva. **Conclusões:** Adaptada a metodologia às condições de degradação, a que se revelou mais adequada para conseguir determinar a identidade da peça anatómica foi o molde bidimensional, uma vez que a perícia para determinação da identidade, neste caso, não foi apenas condicionada pelas particularidades da amostra-problema, mas também pela qualidade da amostra-referência.